

de evidenciar-se mais na agenda ministerial, tem recebido um tratamento "em nível de um inócuo varejo", como criticam os autores.

Entende-se, portanto, que o desafio próximo para incrementar mudanças no quadro urbano atual será combinar uma grande intervenção estatal no tratamento da problemática social urbana com a descentralização dos poderes, concentrados nas mãos de uma tecnoburocracia zelosa de seus interesses e de um *centro político* cada vez mais explicitamente liberal-conservador (Maciel-Sarney-Funaro), concorrendo ainda contra as expectativas mais otimistas a montagem de um poder constituinte hegemônico pela lógica da politicagem profissional. A questão é saber se a *promessa da cidade* será agora postergada pelo casamento tragicômico entre um populismo à direita que nem sequer passou pelo teste das urnas e um discurso liberal carcomido pelo vazio histórico e pelo bacharelismo conivente com a autocracia.

DUARTE, Laura Maria Goulart. *Capitalismo e Cooperativismo no Rio Grande do Sul. O Cooperativismo empresarial e a expansão do Capitalismo no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Co-edição L & PM editores e ANPOCS, 1986.

*Eduardo Biavati Pereira **

"Capitalismo e Cooperativismo no Rio Grande do Sul" foi premiado como a melhor tese de mestrado no I Concurso de teses universitárias promovido pela ANPOCS (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais) em 1985.

A contribuição mais geral do texto é a formulação teórico-sociológica específica sobre o capitalismo agrário, em que se desenvolve o Cooperativismo, identificando os processos globais em que está inserida a economia agrícola gaúcha.

Dessa forma, visando preencher a lacuna deixada pelo parco tratamento teórico-crítico do fenômeno cooperativo, o trabalho consiste em uma tentativa de análise histórico-estrutural do cooperativismo.

A questão principal a ser respondida aqui é a seguinte: qual é a relação entre o cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo na estrutura da produção agrícola do Rio Grande do Sul?

Para tanto, parte-se da hipótese geral de que o cooperativismo agrícola se desenvolveu no Rio Grande do Sul. Como um mecanismo que viabilizou a transformação capitalista da agricultura, subordi-

* Aluno do curso de Sociologia da Universidade de Brasília e Vencedor do Prêmio Fiat de Monografias de 1986.

nado às políticas governamentais e à indústria, e não como um sistema econômico alternativo como propunham os imigrantes europeus — pioneiros na implantação de cooperativas na região.

Com efeito, o objetivo central da tese de Laura Duarte gira em torno da análise e interpretação do cooperativismo agrícola em seus processos fundamentais de desenvolvimento a partir de uma formulação teórica sobre a gênese e a dinâmica da reprodução do modo de produção capitalista no setor rural do Rio Grande do Sul.

“Capitalismo e Cooperativismo no Rio Grande do Sul” está organizado em certos capítulos através dos quais importantes questões são abordadas, tais como a intervenção do Estado na organização da produção econômica — seja incentivando a criação e modernização das cooperativas, seja articulando a vinculação da produção agrícola ao grande capital financeiro, via cooperativas empresariais; o processo de penetração de capitais comercial e industrial urbanos no setor de produção rural mediante o arrendamento crescente de parcelas de terra; a valorização da estrutura agrária regional; e a descapitalização do pequeno produtor rural e a sua articulação e vinculação de dependência com as agroindústrias, propiciada pela associação com as cooperativas empresariais.

Em suma, o trabalho acompanha dois grandes movimentos históricos intimamente relacionados.

O primeiro abrange a genealogia do modo de produção capitalista no Estado e destaca a economia da Região das Colônias Agrícolas, em seu conjunto, como o contexto em que o capitalismo penetrou de forma mais dinâmica, dando maior capacidade de acumulação e inversão de capital a uma parcela dos pequenos produtores que se caracterizaram como burguesia rural.

As cooperativas agrícolas do Estado surgiram no contexto da evolução da pequena produção colonial, com o intento de consolidação dessa organização da produção como burguesia rural.

O segundo movimento associa o desenvolvimento econômico das cooperativas (ao papel e) à tutela do Estado, na medida em que esta forma de organização da produção se adequou aos interesses políticos e econômicos dos paradigmas de desenvolvimento nacional que orientaram a economia capitalista brasileira após 1930 — redimensionamento da estrutura produtiva no sentido da substituição de importações e de industrialização de bens não-duráveis; e após 1950, com o novo modelo de desenvolvimento econômico, inserido no padrão de acumulação capitalista internacional e baseado na execução de políticas de desenvolvimento industrial de bens duráveis e do complexo agroindustrial.

Assim, se as cooperativas surgem no final da década de 1920 sob o patrocínio do Estado, como mecanismos de organização da produção em moldes associativos (e como instrumentos de dinamização da economia regional), a partir da década de 1950, com a introdução no setor rural de um novo patamar tecnológico (exigido pelas cultu-

ras de trigo e soja) e a preocupação com uma agricultura voltada para a geração de divisas externas e abastecedora do mercado interno, elas se apresentarão insuficientemente estruturadas, tanto organizacional quanto produtivamente; inexpressivas economicamente e incapazes de operar nos moldes requeridos pelo estudo.

A cooperativa empresarializada vem dinamizar a produção agrícola em relação a um mercado competitivo, capitalizado e monopolizado, tanto técnica quanto administrativamente.

A moderna cooperativa surge como uma empresa capitalista privada, acumulando e centralizando capital, efetivando a modernização rural pela organização de uma agricultura especializada.

Com efeito, o capital penetra as estruturas das unidades da pequena produção mercantil mediante mecanismos tecnológicos, financeiros e organizacionais. Dessa forma, o desenvolvimento do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul atende a duas formas de articulação paralelas e complementares: a “transicional” e a “funcional”.

A primeira é responsável pelo processo de eliminação/incorporação entre as cooperativas mistas coloniais e as tritícolas, que determinou o gradativo desaparecimento das primeiras, num movimento centralizador de capital que expandiu a área de atuação das segundas.

A segunda forma de articulação se dá quando o cooperativismo empresarial articula elementos de duas fases do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul: a pequena produção “embriônariamente” capitalista, e o grande capital monopolista-financeiro; ou, em outras palavras, a pequena produção organizada em cooperativas mistas coloniais — agora descapitalizadas e desarticuladas tanto do acesso ao crédito agrícola estatal quanto de um aparelho de comercialização eficiente — e a burguesia rural organizada em cooperativas tritícolas — estruturadas em moldes capitalistas modernos, detentoras de modernos meios de produção e com acesso livre ao crédito subsidiado do Estado e ao grande mercado externo — capitalizadas e vinculadas às agroindústrias.

O cooperativismo empresarial se consolidou como via “contratual” da expansão do capitalismo no setor rural, ao articular funcionalmente a pequena produção com o capital mais desenvolvido.

O crédito cooperativo, como produto da intermediação que a cooperativa exerce entre os pequenos produtores e o grande capital financeiro, é a essência da articulação funcional pela via “contratual”; uma vez que é ele que reproduz e mantém a pequena produção enquanto agente produtivo, enquanto unidades capitalistas especializadas, modernizadas e tecnificadas.

O sistema cooperativo empresarial, assim articulado, possibilitou às cooperativas tritícolas atuarem como elementos articuladores de diferentes formas de relação de produção e processo do setor agrícola com o capital financeiro, viabilizando, principalmente através dos serviços de crédito e assistência técnica, tanto a pequena produ-

ção, quanto a outros processo produtivos tradicionais, inserirem-se na dinâmica da acumulação de capital.

Por outro lado, e como parte final do trabalho, ao optar por um crescimento empresarial, a cooperativa se descaracterizou como tal, inviabilizando o princípio de participação efetiva e do controle democrático da organização, por parte dos associados, na maioria das vezes afastados do poder decisório.

Mas, aqui, o desenvolvimento dos objetivos de ordem doutrinária das cooperativas agrícolas (os quais deveriam gravitar ao redor dos associados e não da organização) espelha as diferenças fundamentais entre os membros produtores dentro do processo de produção capitalista. Diferenças essas que emergem da posição dependente do pequeno produtor ao se articular frente a frente, via associação com as cooperativas, com a agroindústria e o capital monopolista-financeiro, e da perda da sua autonomia no processo produtivo e de sua tecnificação sem capitalização.

O poder interno das cooperativas pertence ao grande capital que as engendrou desde o início, e não aos pequenos produtores, incorporados posteriormente e como classe dominada.

Conclui, por fim, a autora que, inserido num contexto capitalista, foi imperativo para o cooperativismo agrícola seguir as leis fundamentais deste modo de produção; envolvendo suas articulações e dinâmica (resultantes do seu processo genealógico), os processos fundamentais de centralização e acumulação próprios das formas de expansão e acumulação do capitalismo.

Trata-se, portanto, de uma leitura recomendável para os interessados num debate mais frutífero do tema; uma vez que o trabalho de Laura Duarte consegue romper com uma transposição mecânica de modelos teóricos europeus à medida que se esforça por construir um esquema teórico e conceitual mais adaptado às permutações do desenvolvimento do capitalismo na área rural de nosso país.